



## As “quatro modernizações” e o processo reformista chinês entre 1978 e 1992: uma análise estrutural

DOI: <https://doi.org/10.23925/1806-9029.v33i2e54486>

**Autor: Luiz Fernando Mocelin Sperancete** é doutorando em Ciências Sociais na UNESP, mestre em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), mestre em História Econômica pela USP e é graduado em Relações Internacionais pelas Faculdades de Campinas (FACAMP). É Pesquisador do Núcleo de Análise de Conjuntura Internacional da PUC-SP (NACI-PUC/SP) e do Laboratório de Estudos da Ásia da USP (LEA-USP).

### Resumo

O presente artigo intenta uma análise sobre a dinâmica interna do processo reformista chinês entre 1978 e 1992, período em que Deng Xiaoping esteve à frente do governo central na China. Para tanto, analisa-se como as reformas nos setores rural, industrial, ciência & tecnologia e bélico-militar ocorreram, em meio à estratégia das “quatro modernizações” empreendida pelo Estado.

Evidencia-se, ainda, os principais determinantes do sucesso das reformas nestes setores, e como seus resultados positivos contribuíram para a redução das graves mazelas sociais, como a pobreza, e o rompimento do isolamento internacional da economia chinesa.

**Palavras-chave:** China; Estado; Reformas; Quatro Modernizações.

### Abstract

This article intends to analyze the internal dynamics of the Chinese reform process between 1978 and 1992, a period in which Deng Xiaoping headed the central government in China. Therefore, it analyzes how the reforms in the agricultural, industrial, science & technology and military sectors took place, in the midst of the strategy of the “four modernizations” undertaken by the State.

It also highlights the main determinants of the success of the reforms in these sectors, and how their positive results have contributed to the reduction of serious social problems, such as poverty, and the break with the international isolation of the Chinese economy.

**Keywords:** China; State; Reforms; Four Modernizations.

JEL: P21, O21, N45.



## INTRODUÇÃO

Partindo de uma conjuntura externa de transformações profundas na economia-mundo capitalista no final da década de 1970 e de uma conjuntura política interna de consolidação do grupo modernizador de Deng Xiaoping no comando do Estado chinês, o programa de reformas econômicas baseado nas “quatro modernizações” colocou ênfase na modernização da agricultura, da indústria, da ciência & tecnologia e do setor bélico-militar, com o objetivo promover e acelerar o processo de industrialização da economia chinesa, tanto no setor rural, quanto no setor urbano, objetivo este que esteve atrelado às metas da gestão macroeconômica que, além de buscar colaborar ao desenvolvimento dos quatro grandes setores definidos como prioritários neste processo, procurou evitar a formação de gargalos econômicos estruturais que pudessem ameaçar a continuidade do processo reformista, haja vista a definição das metas de longo prazo a serem alcançadas através dos planos quinquenais, definidas pelo Partido Comunista Chinês.

As características das reformas, na visão de Leão (2010) responderam à necessidade do Estado chinês em superar o relativo atraso econômico do país em comparação com as nações plenamente desenvolvidas, assim como dissipar o isolamento internacional do país vigente até a década de 1970 na economia-mundo capitalista.

Do ponto de vista interno, as reformas tinham como característica dissipar o caos econômico e social do período maoísta e, com base nisso, a implantação de mecanismos tipicamente capitalistas de acumulação, ainda que em escala pequena para os padrões chineses, buscaram fomentar, de um lado, a expansão do nível de investimentos, nacionais e estrangeiros, com o conseqüente aumento da renda nacional e, por outro lado, promover a sofisticação gradual da estrutura produtiva e institucional da economia chinesa, impactando a inserção econômica internacional do país na economia-mundo capitalista.



À luz desta breve introdução e tendo em vista a utilização do método histórico indutivo de análise, este trabalho está dividido em três seções, mais as considerações. Na primeira seção analisa-se as reformas no setor rural, e qual o impacto na produção agrícola.

Na segunda seção, procura-se descrever as reformas ocorridas na indústria chinesa e sua ligação com o desenvolvimento científico e tecnológico. Na terceira e derradeira seção, analisa-se como as reformas industriais e os investimentos ligados ao setor bélico-militar foram fundamentais para que o Exército de Libertação Popular desse apoio ao movimento reformista do grupo liderado por Deng no comando do Estado chinês. Por fim, segue-se as considerações finais, com uma breve retomada do que foi analisado.

## AS REFORMAS NO SETOR RURAL

A modernização das relações de produção na agricultura chinesa apresentou-se de forma gradual, mas não menos radical do ponto de vista do que ocorrera antes das reformas. Dizemos isto, pois, no período anterior, a agricultura fora conduzida através da coletivização total das terras, com o monopólio do Estado sobre elas, não restando outra alternativa aos camponeses senão aquela de seguir as determinações emitidas pelo governo de Pequim, com os excedentes da produção não podendo serem, sequer, negociados a preços de mercado, afinal a regulação estatal era total sobre o setor (determinação de metas de produção, fixação dos preços de comercialização, forte taxaço sobre a produção)<sup>39</sup>.

Com a introdução das reformas de Deng, a coletivização de terras passou a ser gradualmente abandonada, e a introdução de mecanismos capitalistas de formação de preços e de comercialização do excedente tomou enorme impulso, especialmente pelo fato de que o governo autorizou os produtores rurais a comercializarem, sob preços de mercado, o excedente da produção às quotas

---

<sup>39</sup> “Durante o período socialista, o planejamento central utilizou as instituições socialistas rurais para fornecer de forma contínua à população bens agrícolas com baixo preço. Os recursos provenientes desta produção agrícola foram direcionados para expandir a estrutura industrial, uma vez que a estratégia econômica se baseava na capacidade do Estado em mobilizar recursos para a indústria” (NAUGHTON, 2007, p. 233 – tradução nossa).



impostas pelo Estado. Tal medida de liberalização da comercialização dos excedentes rurais foi central na estratégia reformista governamental ora em vigor.

Nesse sentido, visando aumentar a produtividade da produção no campo e a elevação da renda rural, o governo de Deng anunciou uma elevação dos preços dos produtos agrícolas que estava dentro das cotas determinadas pelo governo central, além de estabelecer novos e maiores preços para o excedente produtivo às cotas.

Nesse contexto, a liberalização da produção de vários produtos passou a ser uma realidade do produtor rural chinês, pois a ampliação da taxa de retorno sobre a produção, juntamente com a liberalização da formação dos preços da produção que excedesse as cotas estabelecidas pelo governo, introduziram a motivação central do processo de produção capitalista no setor rural, a saber: o lucro.

Para se ter uma noção do impacto deste movimento de liberalização dos preços de produtos agrícolas, a produção de grãos, algodão, cana-de-açúcar e carne de porco que atingisse a quota estabelecida pelo governo central apresentou um aumento entre 1978 e 1979 da ordem de 17%. Para estes mesmo produtos, quando superassem as quotas de produção estabelecidas, com o acréscimo das oleaginosas, o aumento se situou entre 30% e 50% (LEÃO, 2010). A produção, desta forma, apresentou significativa tendência de alta no prelúdio das reformas.

Até o ano de 1984, o sistema de preços de bens agrícolas apresentou este formato dual. Após este ano, houve a unificação do sistema de preços, que deixaram de ser progressivamente regulados pelo Estado, passando a ser negociados pelos produtores, de forma individual, com os consumidores atacadistas, ocorrendo uma verdadeira formação de preços sob as regras de livre-mercado neste setor, com o consequente aumento da rentabilidade da produção camponesa e aumento da oferta de bens agrícolas no mercado consumidor chinês.

Paralelamente a esta medida, o governo de Pequim liberalizou a importação de grãos dos Estados Unidos, pois a política de aproximação dos dois países pressupunha que o mercado consumidor de grãos chinês fosse aberto aos



exportadores norte-americanos com créditos oficiais oriundos de Washington financiando as importações chinesas neste setor<sup>40</sup>.

Tal medida decorreu do fato de que Deng procurava romper com a política maoísta do *Grain First*<sup>41</sup>, gerando um aumento na disponibilidade de gêneros alimentícios antes não ofertados, pois,

Por um lado, a produção de grãos apresentou salto extraordinário durante o período de 1978 e 1992, alcançando cerca de 440 milhões de toneladas, tendo sido acompanhada pela produção de arroz, cana de açúcar, fibras, algodão e frutas, que também apresentaram crescimentos expressivos. Por outro lado, os tubérculos, que constitui uma das bases da dieta chinesa, apresentou redução no período em questão, ainda que leve, conforme a tabela 1.

**Tabela 1 - Terras agrícolas e produção de bens agrícolas (1978-1992)**  
Milhões de toneladas

Ano	Grãos	Arroz	Tubérculos	Algodão	Fibras	Cana de açúcar	Frutas
1978	304	136	31	2	1,3	21,1	6,6
1980	320	139	28	2	1,4	22,8	6,7
1985	379	168	26	4	4,4	51,5	11,6
1990	446	189	27	4	10,9	57,6	18,7
1991	435	183	27	5	8,8	67,9	21,8
1992	442	186	28	4	9,3	73	24,4

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do *Chinese Statistical Yearbook* (2009).

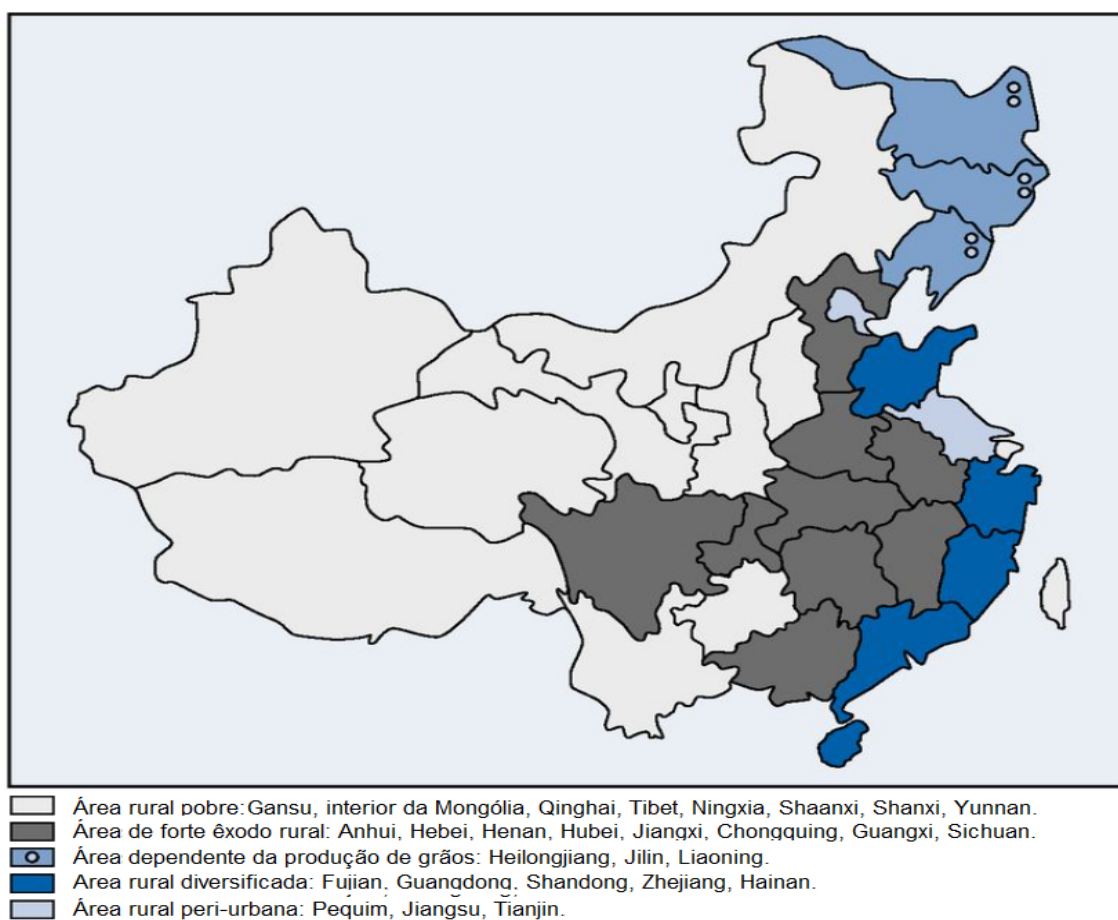
Por outro lado, a área cultivada da agricultura chinesa passou por substancial elevação, o que se refletiu na incorporação de regiões antes inabitáveis para a produção da agricultura, mas que, a partir das reformas, passariam a ser incorporadas como consequência do uso intensivo de fertilizantes químicos e da

<sup>40</sup> Cf. Leão (2010), p. 84; Kissinger (2012), cap. 14.

<sup>41</sup> “Durante o período de Mao no comando do Estrado chinês, a política estatal para a agricultura era baseada nas comunas rurais, dedicadas, quase que exclusivamente, à produção de grãos, base da dieta da sociedade chinesa. Após as reformas, houve uma menor ênfase na produção de grãos, à medida que estes poderiam ser importados de um grande produtor mundial do produto, com preços relativamente baixos e créditos disponíveis para tal, o que, conseqüentemente, liberou os produtores camponeses chineses a buscarem a expansão e cultivo de outros gêneros alimentícios, aumentando a oferta/disponibilidade de alimentos antes não comercializáveis no país. Cabe destacar, ainda, que o incremento tecnológico atrelado à produção agrícola aumentou a produtividade deste setor, afinal, por exemplo, foi criado e comercializado na China o arroz híbrido, uma espécie de arroz que poderia ser cultivado em regiões inóspitas dentro do país à tal produção, com o custo sendo relativamente menor que a produção do arroz tradicional, inclusive porque demandava menor quantidade de fertilizantes de origem biológica, tradicionalmente usada nas plantações de arroz comum [na China]” (LEÃO, 2010)

mecanização da produção. Ademais, isto fez com que várias regiões rurais fossem incorporadas na dinâmica liberalizante da agricultura chinesa via fornecimento de força de trabalho migrante e produção de gêneros alimentícios, cada uma a seu modo, mas com predominância das regiões costeiras e centro-sul do país, conforme o mapa 1.

**Mapa 1 - “As várias Chinas rurais” no período das reformas**

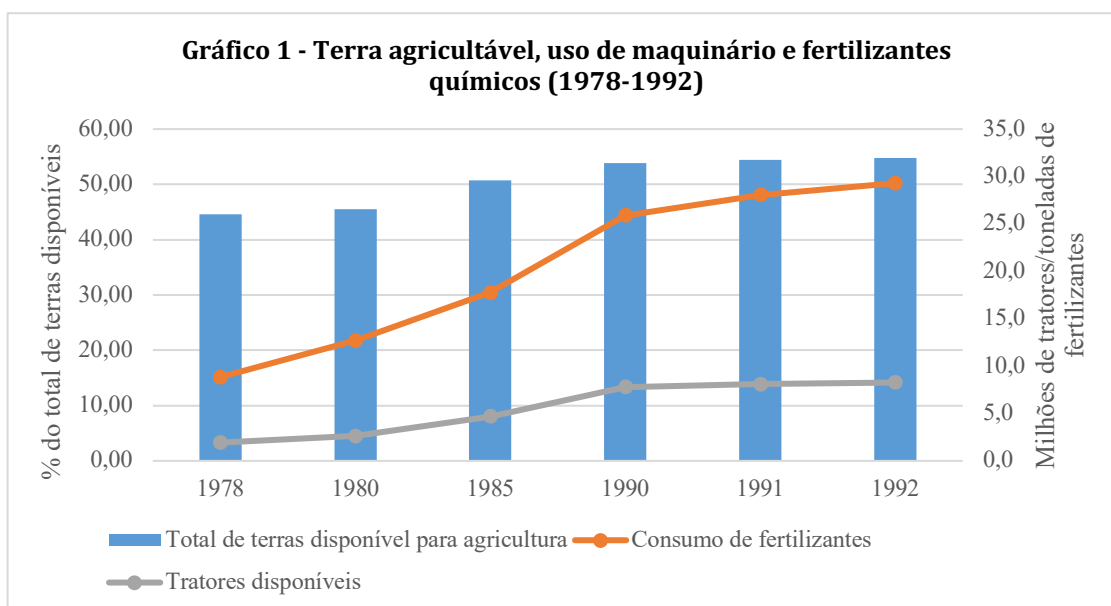


Fonte: OCDE (2009), p. 74 – com adaptações.

De acordo com Medeiros (2012), a variação para cima dos preços dos produtos agrícolas impactou fortemente a renda dos produtores camponeses que passavam a adotar nas novas práticas comerciais liberadas pelo Estado chinês. Mas, longe de ter um impacto imediato sobre os salários reais dos trabalhadores rurais e urbanos em setores não-agrícola, o aumento dos preços de tais produtos somente se fez sentir pesadamente sobre os trabalhadores assalariados com a unificação dos preços a partir de 1984. A partir deste ano, a variação positiva nos preços dos

produtos agrícolas impactou negativamente o poder de compra dos segmentos assalariados nos setores urbanos e rurais não ligados à agricultura.

Como consequência, tanto Leão (2010) quanto o próprio Medeiros (2013) destacam que este duplo movimento tornou possível: 1) a diminuição do hiato de renda entre os setores rurais e urbanos; 2) a pressão sobre o poder de compra dos assalariados do setor urbano fez com que se exacerbasse a necessidade de aumento da produtividade em diversos setores atrelados aos setores industrial e de serviços no setor urbano, e; 3) uma busca por novos investimentos no meio rural, que expandisse a produção de forma a aumentar a oferta de bens pelos produtores, afinal haviam estímulos estatais para tal.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Banco Mundial (2020) e do *Chinese Statistical Yearbook* (2009).

Paralelamente à liberação da produção agrícola e sua comercialização a preços de livre-mercado quando acima das quotas estabelecidas, o governo central promoveu uma ampla reforma no sistema produtivo rural chinês com a autorização e impulsionamento de atividades não-agrícolas atreladas ao campo, que se destinariam à fabricação de produtos relativamente industrializados.

Estamos falando, nesse sentido, das *Town and Villages Enterprises* (doravante TVE), que nada mais foram do que empresas de vilas e municípios, situadas nos lotes



de terras que foram descoletivizadas pelo governo central e que passariam a ser usadas para a produção, em escala cada vez maior, de produtos de valor agregado mais elevado do que os produtos agrícolas tradicionais.

Com o advento da liberalização dos preços do campo, aumento da produtividade agrícola via elevação do uso de fertilizantes e a importação de grãos dos Estados Unidos, as recém-criadas TVE passaram a produzir bens sem a imposição de quotas e regulamentação de preços pelo governo central. Nesta fase inicial das reformas, tais empresas se ocupariam da produção de alimentos industrializados e intensivos em trabalho (NAUGHTON, 2007; MEDEIROS, 2013).

As TVE formalmente eram empresas com controle coletivo dos meios de produção, sob a forma de concessões que o governo central concedia aos governos e comitês locais, com o registro de tais empresas como empresas coletivas, devido à falta de um arcabouço legal para a existência de empresas privadas no país.

Em contraposição à esta formalidade, o autor destaca que as TVE possuíam informalmente/na prática um controle privado, com o Estado chinês concedendo os direitos de exploração econômica e propriedade dos meios de produção a determinadas famílias locais, as quais passariam a produzir e reter para si parte do lucro gerado com a produção e comercialização dos produtos fabricados.

Diferentemente deste ponto de vista, Leão (2010) e Medeiros (2013) destacam que as TVE apresentavam controle comunitário/coletivo desde o início das reformas, essencialmente porque o governo central concedia aos governos locais e aos comitês (residentes) a propriedade comunitária dos ativos destas empresas, escolhendo, em comum acordo, os seus administradores, apesar da maioria esmagadora das TVE serem empresas individuais, conforme a tabela 2.

Ademais, o governo central determinava que parte do lucro líquido, geralmente 60%, fosse anualmente investido tanto na provisão de bens e serviços públicos à população local, quanto no reinvestimento na produção, de forma a ampliar a capacidade produtiva e aumentar a produtividade.



**Tabela 2 – Dados agregados das TVE – em % - (1985-1995)**

Número de empresas (unidade)			Volume de emprego			Valor adicionado			
Ano	Coletivas	Privadas	Individuais	Coletivas	Privadas	Individuais	Coletivas	Privadas	Individuais
1985	12,8	4,4	82,8	59,5	6,8	33,7	72,9	5,9	21,3
1990	7,8	5,2	87	50,1	7,8	42,1	66,8	7,9	25,3
1995	7,4	4,4	88,3	47,1	6,8	46,1	64,1	5,9	30,0

Fonte: OCDE (2009).

Além disso, a criação destas empresas esteve atrelada ao movimento de abertura chinesa ao capital estrangeiro já no início da década de 1980, também como na necessidade de geração de divisas em moeda forte para fazer frente às importações de máquinas e equipamentos necessários ao incremento tecnológico ligado ao projeto reformista, em sentido mais amplo (MEDEIROS, 2008). Tanto é que, em 1990, as TVE representavam 16,5% das exportações chinesas, assim como 13,4% do PIB do país, e 93 milhões de postos de trabalhos, conforme a tabela 3.

**Tabela 3 – Dados segmentados das TVE – (1985-1990)**

Ano	Quantidade (milhões)	Volume de emprego (milhões)	Valor adicionado (bilhões/Yuan)	Participação no PIB (%)	Participação no produto industrial (%)	Participação nas exportações (%)
1985	12,2	70	248	8,6	15	Indisponível
1990	18,7	93	483	13,4	27,1	16,3

Fonte: OCDE (2009).

Desta forma, as TVE puderam se associar às ETN estrangeiras, essencialmente as asiáticas, via *joint ventures*, tendo em vista que os países relativamente mais desenvolvidos da Ásia passaram a terceirizar parte de sua produção intensiva em trabalho para as TVE chinesas, com a consequente transferência tecnológica de tais processos produtivos e a obrigatoriedade de que parte substancial da produção de tais *joint ventures* fosse destinada à exportação, viabilizando, assim, a entrada de divisas em moeda forte na economia chinesa (NAUGHTON, 2007).

Nesse sentido, os setores mais impactados positivamente foram os de vestuário e alimentos, este último passando por um incremento tecnológico significativo em termos comparativos ao período maoísta, haja vista que a produção de alimentos industrializados das TVE apresentou um salto extraordinário, assim

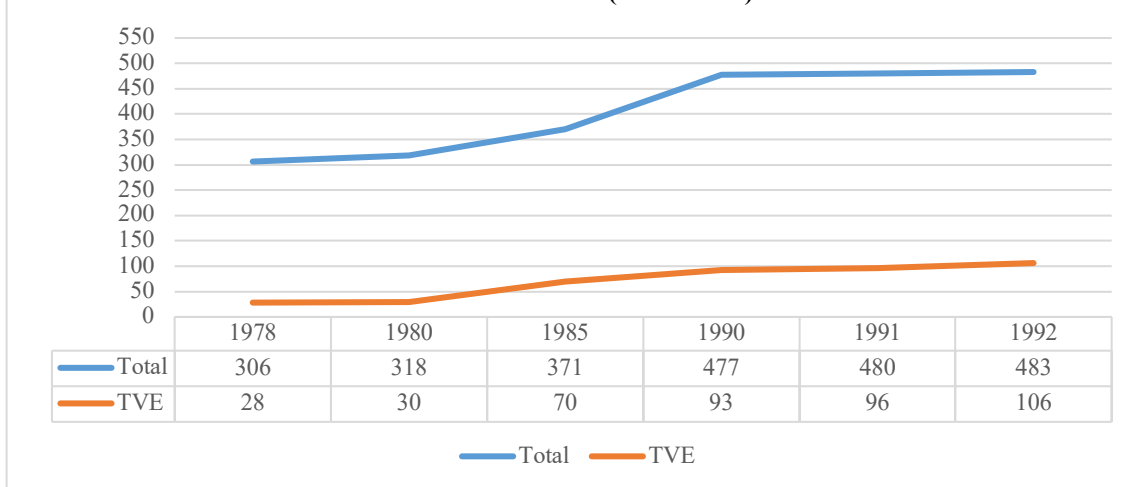


como a produção de alimentos nos setores tradicionais da agricultura chinesa também tendeu à expansão durante todo o período entre 1978 e 1992.

Cabe destacar que o processo de terceirização da rede de produção asiática para a China, cujo país líder em termos de desenvolvimento econômico e produtivo era o Japão e suas ETN, somente foi viabilizado porque o governo central de Pequim tornou factível a concessão de subsídios fiscais para que tais ETN asiáticas se instalassem em território chinês; os salários dos trabalhadores chineses eram baixos em termos comparativos aos salários de trabalhadores japoneses e dos *NIC* de primeira geração; ficou estabelecida uma política de créditos oficiais às TVE concedidos pelo *Agricultural Bank of China (ABC)* e pelas *Rural Credit Cooperatives (RCC)*, os quais eram garantidos pelos governos locais e regionais em termos de cobertura em caso de não-pagamento dos compromissos assumidos pelas TVE, e; houve o uso do mercado interno chinês, que passava por profundas transformações em termos de criação de uma estrutura de consumo em processo de expansão, devido ao processo de urbanização e desenvolvimento industrial que a economia chinesa começava a trilhar, algo que as ETN estrangeiras poderiam aproveitar caso seguissem as regulamentações determinadas pelo Estado chinês.

Nesse sentido, a participação do valor adicionado das TVE no PIB rural chinês saltou de menos de 24,2% em 1978 para 69,7% em 1992 (ZHU & ELBERN, 2002). O volume de emprego gerado por tais empresas também apresentou substancial elevação, absorvendo, inclusive, aquelas populações que desejavam sair do meio rural tradicional (agricultura), mas que não desejavam ir em direção aos grandes centros.

**Gráfico 2 - Volume de emprego nas TVE e volume total de emprego nas áreas rurais - 1978-1992 (em milhões)**



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do *Chinese Statistical Yearbook* (2009).

Conforme o gráfico 2, em 1978 o volume de trabalhadores empregados nas TVE era da ordem de 28 milhões de pessoas, chegando a mais de cem milhões em 1992. Tal fato segurou a pressão sobre os preços e salários no meio urbano nas grandes cidades, afinal, à medida que a população do campo crescia, o êxodo rural também tendia a crescer, por conta do processo de urbanização e industrialização. Neste contexto, as TVE tiveram papel fundamental de reter esta população de origem rural, evitando uma explosão demográfica nos grandes centros urbanos.

Segundo Fu *et al* (2002), a contribuição do PIB per capita das TVE sobre o PIB per capita total do setor rural apresentou um salto significativo durante o período analisado neste capítulo. Em 1978, cerca de 7,6% do PIB per capita rural advinha das atividades das TVE, saltando para 24,6% em 1985 e 27,1% em 1992. Uma das justificativas de tal elevação, para o autor, é que as TVE estavam tanto direcionadas para o comércio interno quanto para o comércio externo, além do fato de que a remuneração dos trabalhadores estava ligada à performance de produção.

Além disso, a contratação e demissão de trabalhadores, qualificados ou não, eram realizadas de acordo com as condições da demanda, especialmente porque os administradores de tais empresas tinham elevado grau de liberdade para promoverem práticas gerenciais de forma sincronizada à realização da produção com maior nível de produtividade, com o objetivo de geração de lucro (ZHU &



ELBERN, 2002). Adicionalmente, as exportações de produtos oriundos das TVE, em *joint ventures* com ETN, eram importante instrumento do governo chinês na busca de divisas em moeda forte, além de serem mecanismos de competição, conforme já mencionado.

Fazendo uma comparação entre o nível de produtividade das TVE em diversos setores com outros países entre 1978 e toda a década de 1980, Fu (2002) destaca que

[...] a comparação internacional de eficiência técnica indica que, em indústrias comparáveis, as TVE da China são eficientes em relação a outros grandes fornecedores de países em desenvolvimento no mercado mundial. No caso da indústria têxtil, Brasil, Turquia, Indonésia e TVE [chinesas] estão na fronteira [da produtividade], o que indica que são eficientes em relação a outros concorrentes como Índia, Filipinas, Tailândia, Coréia e México. No caso da indústria de produtos de couro, as TVE [também] estão na fronteira [da produtividade], juntamente com Tailândia, Chile, Indonésia, Turquia e Índia. Sendo muito mais eficientes do que Filipinas, Coréia, Hong Kong e Taiwan (FU *et al*, 2002, p.7 – tradução nossa).

Citando as deficiências chinesas em maquinaria elétrica, o autor prossegue sua análise inferindo que o governo chinês buscou estimular o avanço das TVE em tal setor, pois

a maquinaria elétrica é um item de exportação na escala comparativa de vantagens que a China está tentando avançar. Aqui, Brasil, Coréia e Indonésia formam a fronteira da eficiência. As TVE são menos eficientes do que as empresas nesses países, mas são tão eficientes quanto a Tailândia e mais eficientes do que as empresas do México, Filipinas, Índia e Malásia [neste setor]. Em suma, as TVE não são apenas muito mais eficientes do que as empresas estatais [chinesas] comparáveis; elas também são, em geral, mais eficientes em comparação com seus principais concorrentes internacionais nas principais indústrias de exportação (IBIDEM – tradução nossa).

Por fim, torna-se importante adentrarmos a partir de agora nas reformas do setor industrial, que impactaram não somente o setor urbano, conforme iremos ver, mas que tiveram um transbordamento em diversos setores da economia chinesa, como nas próprias TVE e no setor exportador, além de ter sido um importante indutor dos níveis de investimentos realizados em ciência e tecnologia atrelados à



produção, impactando profundamente a inserção econômica internacional da China na Economia-mundo capitalista, conforme iremos ver ao longo deste capítulo.

## AS REFORMAS NOS SETORES INDUSTRIAL E DE CIÊNCIA & TECNOLOGIA

As reformas nos setores industrial e ciência & tecnologia (doravante C&T) estiveram intimamente presentes no programa “quatro modernizações”. Até o final de década de 1970, as indústrias e a C&T chinesas estiveram exclusivamente nas mãos dos planejadores centrais do PCC, com elevado grau de ineficiência produtiva e organizacional, inclusive com forte dependência da União Soviética em matéria de implementação, manutenção e produção, assim como forte dependência de transferência tecnológica soviética (MEDEIROS, 2008).

A centralização das decisões das empresas estatais nos órgãos do Planejamento Central do PCC impôs total controle sobre os preços dos produtos, regulamentos salariais, configuração dos contratos e provisão de cargos, tendo em vista a necessidade de satisfazer arranjos políticos a nível nacional, regional e local na economia chinesa.

O setor produtivo, então, possuía elevada rigidez no processo produtivo, poucos incentivos à inovação e desenvolvimento de novos produtos, além da dispersão dos poucos centros de C&T, que tornavam as restrições tecnológicas algo marcante do processo produtivo chinês.

Com o rompimento sino-soviético no final da década de 1960 e os impulsos que a economia-mundo capitalista emitia no decorrer da década de 1970, a indústria e o complexo de C&T chineses passariam a ter importante papel nas reformas, especialmente pelo fato de que, na visão de Deng Xiaoping, o aprofundamento do parque industrial e os estímulos ao avanço da C&T chineses seriam condição *sine qua non* para a estratégica de longo prazo proposta pelas reformas (NAUGHTON, 2007).

O fim do isolamento internacional com a aproximação junto aos Estados Unidos logo traria seus resultados para a China, pois a abertura ao exterior fez com que o governo chinês pudesse ancorar a “acumulação primitiva” das reformas



industriais com base na atração de ETN estrangeiras, especialmente as asiáticas e norte-americanas, em regiões geográficas e setores industriais selecionados.

Nesse contexto, a estratégia do governo de Pequim seria a de atrair capital e tecnologia estrangeiros, via IDE, especialmente naqueles setores mais intensivos em tecnologia e nas regiões costeiras do país. Para tanto, o governo chinês ofereceu uma série de concessões fiscais e tributárias, assim como impôs uma série de restrições a estas ETN, como a obrigatoriedade de destinar parte da produção às exportações.

Do ponto de vista das concessões, as ETN que se instalassem nas 4 recém-criadas Zonas Econômicas Exclusivas (doravante ZEE) nas cidades de Shenzhen, Zhuhai, Shantou e Xiamen<sup>42</sup>, poderiam explorar a força de trabalho local de acordo com as leis de mercado, de forma a reduzir os custos de produção; poderiam, ainda, ter acesso aos fluxos comerciais e financeiros por estarem próximas a Hong Kong e Taiwan<sup>43</sup>; poderiam aproveitar a dimensão e a diversidade do mercado de consumo chinês, e; poderiam usufruir dos *clusters* de infraestrutura e logística que passaram a ser criados e ampliados pelas grandes empresas estatais chinesas.

Cabe destacar que o período que vai de 1978 e a década de 1980 foi marcado por profundas mudanças nas relações entre Estados Unidos e Japão, especialmente quando os norte-americanos lançaram mão do “choque de juros” em 1979 e impuseram os Acordos do Plaza, em 1985, e Louvre, em 1987, sempre em desfavor dos japoneses, tornando necessário aos capitais japoneses a busca de novas rotas de inversão, o que favoreceu, ainda que indiretamente, o redirecionamento dos fluxos de investimentos japoneses no Ocidente e mesmo dentro do Japão rumo a China, que estava em compasso de abertura.

No que tange às obrigações das ETN em solo chinês, houve a imposição de uma série de regulamentações para a entrada de tais fluxos de IDE, permitidos

---

<sup>42</sup> Criadas em 1979, mas colocadas em funcionamento a partir da “Política de Portas Abertas” de 1981, inserida no Sexto Plano Quinquenal (1981-85).

<sup>43</sup> Uma das estratégias de Deng era aproveitar os capitais da diáspora chinesa na região asiática para financiar os investimentos estrangeiros necessário ao projeto de modernização e desenvolvimento. Para tanto, a criação das ZEE proximamente a Hong Kong e Taiwan tornaria os fluxos de investimentos destinados à China mais fáceis, além de facilitar as exportações resultantes do processo produtivo industrial vindouro. Ver Castells (1999).



apenas nos setores de maior intensidade tecnológica, como informacional e microeletrônica, haja vista serem estes setores que emergiam da terceira revolução industrial (revolução tecnológica), e que somente seriam consolidados na China, na visão do grupo de Deng Xiaoping, através da importação do exterior, via atração das ETN.

Nesse sentido, a imposição de acordos de transferência tecnológica entre as ETN e as firmas chinesas locais seria a fonte primordial do *catch up* tecnológico vislumbrado pelo governo de Pequim no período, além de se tornar um importante canal para a expansão dos negócios chineses com o exterior. A transferência tecnológica, neste contexto, se consolidou visando facilitar tanto a capacitação (e absorção) tecnológica das firmas locais, quanto facilitar a capacitação das ETN aos padrões e à dinâmica do mercado interno chinês em que iriam se instalar.

Por exemplo, a criação de centros de pesquisa & desenvolvimento (doravante P&D) pelas ETN foi fundamental nesta estratégia, afinal o governo chinês ofereceu, conforme iremos ver, subsídios fiscais e financeiros, exclusivamente nas ZEE, de forma a estimular a incorporação tecnológica oriunda de tais centros pelas firmas chinesas lá também instaladas, via *joint ventures*.

No que tange à comercialização da produção originada pelos fluxos entrantes de IDE, o governo chinês impôs pesadas regulamentações para que as ETN destinassem, obrigatoriamente, parte de sua produção às exportações, de forma a tornar possível a entrada de moeda forte (dólares) na economia chinesa, algo necessário, na visão do grupo dirigente do PCC, à estratégia de aprofundamento do parque industrial chinês via importação de bens de capital, quanto ao objetivo de conectar as empresas chinesas à rede de produção asiática.

De acordo com Gabriele (2020), para dar suporte às reformas promovidas nos setores industrial e de C&T, o planejamento estatal foi fundamental pois, em 1981, o governo chinês colocou em prática a “Política de Portas Abertas”, tendo como meta o desenvolvimento industrial e tecnológico nacional ancorado na especialização produtiva interna, que seria serventúria ao projeto modernizador.



Tal política resultou na segmentação territorial da produção chinesa em três cinturões (*Three Belts*), da seguinte forma: na região costeira, as atividades industriais seriam concentradas nos setores com maior intensividade tecnológica e destinados à exportação, especialmente com as *joint ventures*; na região central e nordeste do país, as empresas e produtores nacionais se concentrariam nas atividades ligadas à agricultura e à produção e transmissão de energia, e; na região oriental, a produção de animais e a exploração mineral seriam as atividades principais.

O resultado desta política foi relativamente satisfatório e, na visão de Leão (2010) e Gabriele (2020), fez com que o governo chinês promovesse a expansão das vantagens fiscais e financeiras do plano original das reformas para outras regiões costeiras do país, onde foram criadas, em 1985, mais dez ZEE<sup>44</sup>, que se transformariam, junto com quatro ZEE criadas em 1979, nas Zonas de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico (ZDET).

No interior das ZDET, as vantagens fiscais e financeiras para as empresas nacionais e as ETN foram implementadas pelo governo seguindo a política de estímulo ao aprofundamento do parque industrial chinês, assim como no estímulo à criação e expansão de centros de P&D, de forma a tornar a produção científica nacional e estrangeira nestes centros absorvível pelas empresas nacionais, especialmente as de *high technology*.

Nesse sentido, ficou determinado pelo governo que no período compreendido entre 1985 e 1992 as empresas nacionais e estrangeiras que promovessem investimentos nas ZDET passariam a pagar alíquotas de imposto de renda da ordem de 15%, entretantes a alíquota média nacional, especialmente fora das ZDET, se situasse em torno de 33%.

De acordo com Lazzari (2005), caso os lucros das firmas nacionais e estrangeiras localizadas na ZDET fossem reinvestidos, durante cinco anos, na expansão da capacidade produtiva instalada e em centros de P&D, tais empresas

---

<sup>44</sup> Nas cidades de Dalian, Qinhuangdao, Tianjin, Yantai, Qingdao, Lianyungang, Nantong, Shanghai, Ningbo, Wenzhou, Fuzhou, Guanzhou, Zhanjiang e Beihai.





teriam 40% de restituição do imposto de renda pago nos anos anteriores, independentemente do nível de intensividade tecnológica e setorial em que atuavam

Além disso, caso os investimentos das referidas firmas instaladas na ZDET fossem nos setores de *high technology* e exportações, o governo garantia cem por cento de restituição do imposto de renda pago nos anos anteriores, sem qualquer tipo de carência para ser restituído, além de que haveria, para novos investimentos realizados nestes setores, isenção do pagamento de imposto de renda no período de dois anos, a partir da realização do investimento.

Destaca-se, ainda, que todas as empresas que vendessem cerca de setenta por cento da sua produção ao exterior pagariam apenas 50% de todos os impostos incidentes na sua atividade manufatureira.

Combinado a estas medidas de estímulo aos investimentos nos setores intensivos em tecnologia e exportação, o governo chinês decretou duas leis que estimulavam a atração de IDE, especialmente das ETN, assim como davam garantias aos investimentos estrangeiros realizados em solo chinês.

A primeira delas foi a *Wholly Owned Subsidiaries*, de 1986, que assegurava às ETN instaladas em solo chinês, sem participação em *joint ventures*, a proteção do lucro realizado em suas operações no mercado interno do país, mas impunha uma série de restrições a respeito da quantidade de trabalhadores estrangeiros que poderiam trabalhar em tais empresas, haja vista que quanto maior o volume de investimentos, maior poderia ser a quantidade de trabalhadores estrangeiros (quanto menor o volume de investimentos realizados, maior seria a necessidade de contratação de trabalhadores locais), tornando possível o registro de empresas estrangeiras sem a formação de *joint ventures*<sup>45</sup>.

A segunda lei foi a *Revision of Equity Joint Venture*, de 1990, que garantia às corporações estrangeiras proteção aos investimentos realizados na criação de

---

<sup>45</sup> De acordo com Jia (1994, p. 42), o número de empresas estrangeiras atuando em solo chinês saltou de 18 em 1986 para cerca de 34 mil em 1993.



novos centros de P&D, especialmente naqueles setores intensivos em tecnologia e formação de *joint ventures* com firmas nacionais, mas com autorização expressa das autoridades de Pequim sobre os setores em que atuariam, além da destinação de 25% como mínimo que tais corporações estrangeiras deveriam investir no capital inicial da *joint venture*, assim como a necessidade de que parte do capital entrante na economia chinesa fosse depositado no *Bank of China*<sup>46</sup>.

Se do ponto de vista externo a estratégia reformista chinesa de *catch up* tecnológico e estímulo às exportações ocorreu com base na atração de IDE das ETN, do ponto de vista interno ocorreram alterações institucionais e produtivas que aprofundaram as transformações na indústria e na ciência & tecnologia do país, havendo uma simbiose entre sofisticação industrial atrelada ao desenvolvimento tecnológico e a industrialização (JABBOUR, 2010).

Para tanto, as reformas internas destinadas a destravar os setores industrial e tecnológico perpassaram, essencialmente, pelo engajamento do Estado chinês em promover inovações institucionais na economia chinesa, além de atuar como agente orientador dos investimentos em tais setores, durante a arrancada para a industrialização.

Desta forma, foi criado em meados da década de 1980 o *Science and Technology Leading Group (STLD)*, destinado a promover mudanças institucionais para alavancar o processo de criação de inovações tecnológicas via estímulos estatais.

Conforme destaca Zonenschain (1906), a criação deste grupo levou a uma maior centralização da tomada de decisões estratégicas acerca do processo de criação e disseminação das inovações tecnológicas, também como foi importante medida institucional para criar um ambiente favorável à ampliação dos investimentos públicos e privados, nacionais e estrangeiros, nos setores estratégicos definidos pelo Estado chinês.

---

<sup>46</sup> Cf. China (1990) e Lee (1997).



Por um lado, Leão (2010) destaca que o STLD foi determinante para a implementação de mecanismos concorrenciais no processo de aprofundamento do *catch up* tecnológico chinês, pois introduziu a abertura de setores intensivos em trabalho às leis concorrenciais de livre-mercado, especialmente no que tange ao processo gerencial de alocação de recursos, estímulos financeiros à descoberta de novos processos e produtos atrelados à produção industrial de baixo valor agregado, assim como favoreceu um maior avanço no processo de descentralização das decisões quanto à busca de insumos, transporte, comercialização e parcerias.

Por outro lado, Jie (1996) salienta que, *pari passu* o acelerado avanço liberalizante das reformas institucionais e seu peso sobre as inovações nas indústrias intensivas em trabalho, tal avanço não se deu na mesma velocidade nos setores empresariais estatais intensivos em tecnologia e estratégicos ao Estado chinês, que tiveram avanços graduais (menos acelerados) e um fortalecimento (ainda maior) do papel do governo chinês no processo de tomada decisão empresarial.

Conforme Jabbour (2010), as empresas estatais de grande monta, ou seja, aquelas ligadas aos setores de energia, infraestrutura, *high technology* e prestadoras de serviços essenciais à população tiveram um fortalecimento do governo chinês no núcleo de tomada de decisões, sendo inseridas numa estratégia de longo prazo definida pelo governo, numa busca de transformações estruturais de longo prazo da economia chinesa sem a criação de pontos de estrangulamentos, algo que foi viabilizado pela estratégia governamental de encadeamentos empresariais intersetoriais.

Em 1985, as empresas estatais intensivas em trabalho passaram a ter, paulatinamente, uma menor interferência do Planejamento Central do PCC sobre as tomadas de decisões empresariais, o que, de certa forma, tornou a busca pelo lucro o objetivo final destas empresas, mesmo com as regulamentações impostas pelo governo.

Nesse sentido, o Estado passou a permitir que as empresas estatais intensivas em trabalho passassem a vender parte de sua produção no mercado,



tendo em vista a liberalização dos preços dos bens e serviços urbanos a partir de 1985, e a remuneração do trabalho passaria a ser atrelada à produtividade (LEÃO, 2010). Ademais, o sistema de crédito bancário começaria a dar os primeiros sinais de criação de *funding* para estas empresas, especialmente os bancos regionais e locais, dinamizando o nascente sistema de crédito bancário oficial no país (PAULINO & MOCELIN, 2019).

Neste mesmo ano, a STLG se tornou o órgão centralizador da estratégia governamental chinesa de desenvolvimento científico e tecnológico, especialmente quando ocorreu o lançamento de uma nova estratégia de avanço tecnológico coordenado entre os setores civil e militar em 1985. Tal estratégia tornou possível ao governo implementar uma política de demanda estatal às inovações tecnológicas que seriam incorporadas junto às empresas estatais de grande monta, mas também ao setor militar, tendo em vista que o governo passaria a firmar contratos com os diversos centros de P&D no país (ZONENSCHAIN, 2006), e o sistema de inovações tecnológicas estatal-empresarial passaria por uma fusão com o sistema de inovações tecnológicas do setor militar, sob coordenação do STLG.

Na visão de Leão (2010), tal sistema de contratos com os centros de P&D foi importante mudança institucional ocorrida nesta primeira etapa das reformas, pois o governo de Pequim adotou uma postura de criar fortes incentivos pelo lado da demanda para o setor como um todo, o qual, por sua vez, estava sujeito às regras de mercado no que tange aos termos de regulação de sua atividade, afinal todos os centros de P&D (excetos aqueles considerados estratégicos pelo governo), estatais ou não, passariam a concorrer entre si na busca de inovações que poderiam ser incorporadas ao setor produtivo, cujo resultado foi a elevação do nível de competitividade no setor, de forma a acelerar as descobertas de novos processos e produtos para a indústria chinesa.

Dois anos depois, em 1987, o governo central instituiu os “contratos de responsabilidade” sobre as empresas estatais intensivas em trabalho. Conforme ocorrera no campo, tais empresas passariam a ter maior participação do capital privado nacional na sua composição societária, além de ter havido a extinção do



planejamento central no seu processo decisório, mas com determinadas condições, a saber: 1) as empresas pagariam uma taxa fixa anual em dinheiro aos governos central e regional; 2) o excedente poderia ser todo comercializado no mercado, mas o governo impor as condições do cálculo de retenção do lucro a ser pago anualmente; 3) as comunidades locais deveriam ter prioridade na composição societária, especialmente os trabalhadores das próprias empresas, e; 4) o capital estrangeiro poderia investir nestas empresas, respeitando um limite máximo de 25% de participação societária, além de ter de promover a criação e ampliação de centros de P&D, ou mesmo incorporando tecnologia estrangeira no processo produtivo destas empresas<sup>47</sup>.

Cabe destacar que *pari passu* as atividades dos centros de P&D tradicionais, ligados às universidades chinesas e institutos de pesquisas, as próprias empresas estatais, tanto as que atuavam nos setores estratégicos, quanto as intensivas em trabalho, passaram a abrir centros de P&D próprios. Quando não tinham *funding* para a abertura de tais centros, as empresas intensivas em trabalho contratavam consultorias dos centros de P&D existentes, de forma a conseguir competir no dinâmico setor produtivo-tecnológico em que estavam inseridas.

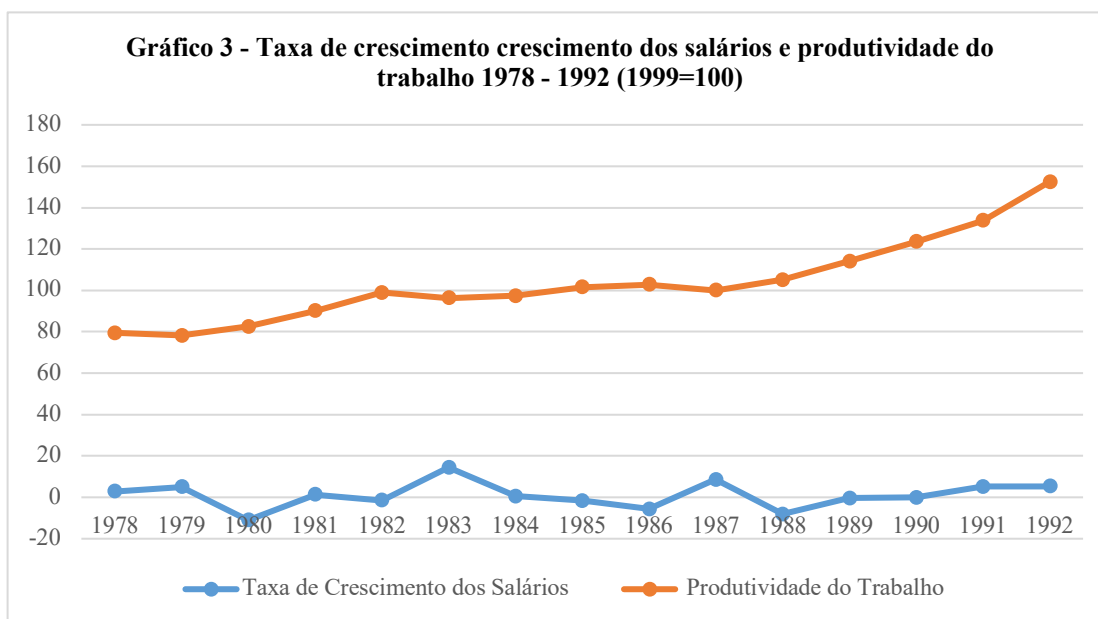
De forma sumária, segundo Zonenschain (2006) o governo chinês promoveu inovações institucionais internas que asseguraram que tais medidas se tornassem serventuárias à estratégia de desenvolvimento nacional de longo prazo, afinal: 1) ficou a cargo do governo central a elaboração dos contratos de responsabilidade, determinando o cálculo de retenção anual de parte do lucro a ser pago ao governo pelas empresas sob contratos de responsabilidade; 2) a supervisão dos resultados operacionais destas empresas, realizada pelos órgãos central e regionais do PCC, e; 3) a restrição deste tipo de mecanismo institucional às empresas estatais atuantes em setores-chave à estratégia governamental de desenvolvimento econômico de longo prazo governamental, as quais não poderiam participar deste tipo de abertura societária, especialmente nos setores intensivos em tecnologia e estratégicos à segurança nacional (minérios e energia, por exemplo).

---

<sup>47</sup> Cf. Baark & Suing (1990); Zonenschain (2006, capítulo III).

Como consequência das reformas nos setores industrial e tecnológico, mudanças estruturais ocorreram no mercado de trabalho, na composição salarial e na expansão urbana chinesa.

De acordo com Medeiros (2013), a elevação do volume de trabalho empregado nas empresas industriais apresentou substancial elevação, derivado dos estímulos governamentais ao setor urbano-industrial do país, com um crescimento de cerca de 65% entre 1978 e 1992, conforme destaca o gráfico 4. Por outro lado, *pari passu* à modernização tecnológica atrelada aos processos e produção industrial urbana (mas também rural), a produtividade do fator trabalho apresentou, também, substancial elevação na economia chinesa, impactando positivamente a taxa de lucro empresarial, conforme o gráfico 3. Ou seja, no período houve crescimento acelerado do produto industrial, puxado pelo aumento da produtividade do fator trabalho e na não-transferência de parte dos resultados da produção para os salários dos trabalhadores.



Fonte: Elaboração própria a partir de Medeiros (2013), p. 485.

Segundo dados do *Chinese Statistical Yearbook* (CHINA, 2009), a força de trabalho total na China em 1978 era de cerca de 400 milhões de pessoas, ao passo que em 1992 esse valor chegou à cifra de cerca de 661 milhões, com o setor rural predominando neste momento das reformas com cerca de 306 milhões de pessoas

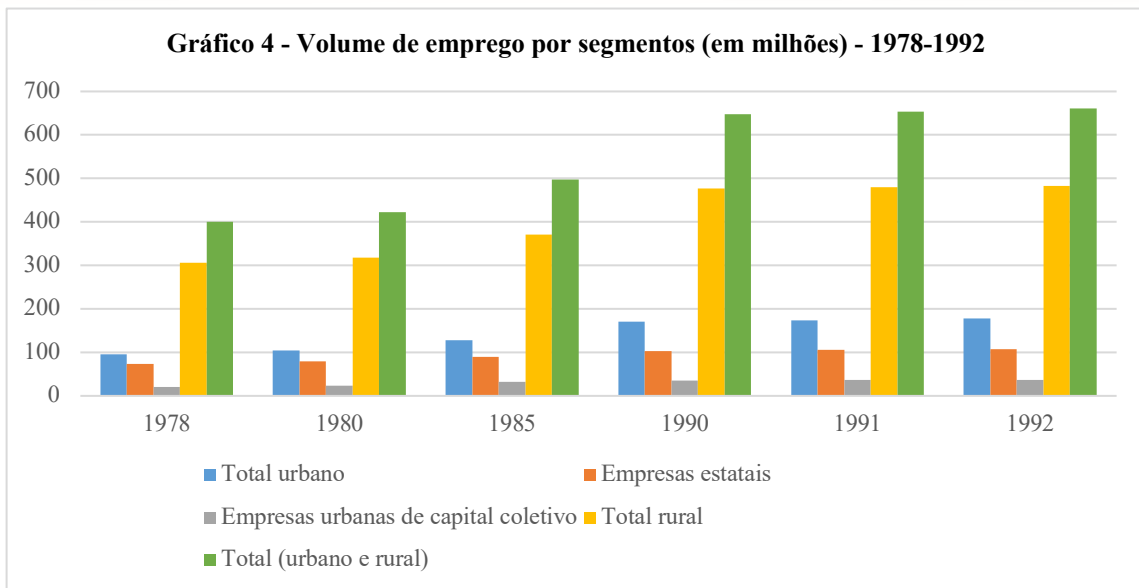


empregadas em 1978, saltando para 483 milhões em 1992. Já no setor urbano, a economia chinesa apresentou uma elevação considerável do volume de emprego, da ordem de 94 milhões em 1978 para 178 milhões em 1992.

Este incremento na população economicamente ativa se deveu à entrada de jovens no mercado de trabalho nas áreas rurais, e, nas áreas urbanas, o incremento da força de trabalho se deveu à imigração por melhores condições de vida, tendo em vista o processo de liberalização da propriedade no setor rural, que jogou muitos trabalhadores em condições de trabalho paupérrimas.

A segmentação desta força trabalho urbana apresentou importantes derivações em meio ao processo de industrialização vigente. Segundo Medeiros (2013), o aumento no volume de emprego no setor urbano esteve atrelado ao processo de industrialização e desenvolvimento tecnológico, o que se constata pelo aumento da produtividade do trabalho observada durante o período, ao mesmo tempo em que os estímulos governamentais ao crescimento econômico e à abertura generalizada de novas frentes de acumulação de capital na economia chinesa conseguiu dar conta da absorção de trabalhadores disponíveis tanto no setor urbano, mas também no setor rural, conforme destaca o gráfico 4.

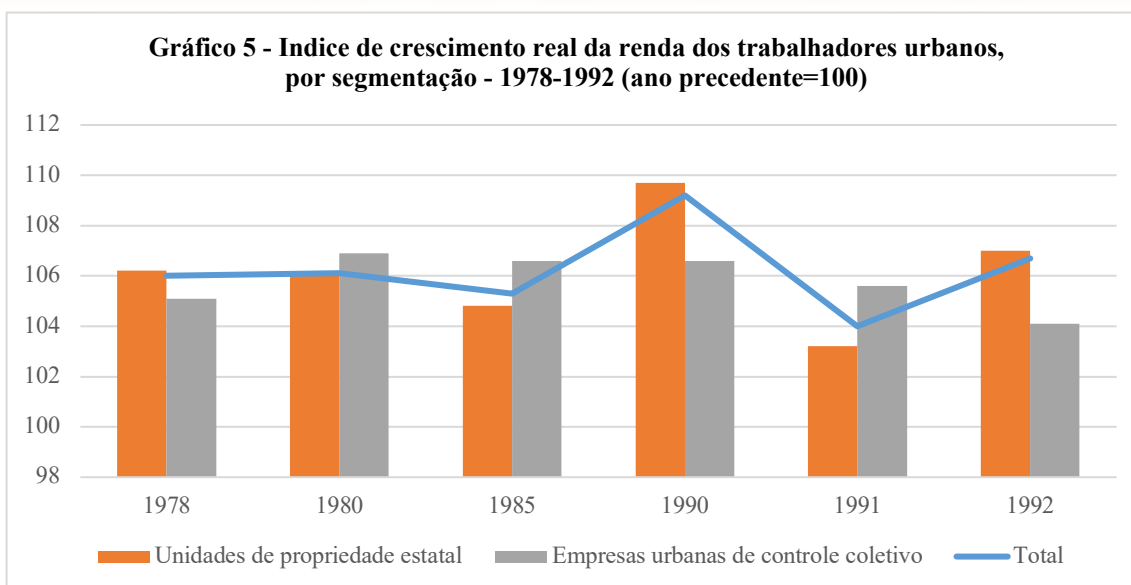
Por um lado, tal volume de emprego e renda gerado via expansão da rede de produção manufatureira impactou fortemente a demanda por bens e serviços resultantes do processo de industrialização e aprofundamento tecnológico, ao mesmo tempo em que houve uma forte indução dos investimentos realizados durante o período, derivados da elevação da demanda interna e da elevação, ainda que diminuta, da renda dos trabalhadores (PAULINO & MOCELIN, 2019).



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do *Chinese Statistical Yearbook* (2009).

Por outro lado, como resultado da industrialização, a expansão econômica pôde absorver a força de trabalho ao mesmo tempo elevando a produtividade, conforme vimos. Ademais, a incorporação da massa trabalhadora ao processo produtivo foi maior que a produtividade, tendo em vista que, mesmo que a produtividade nas indústrias vista no período, tanto no setor urbano quanto no rural, tendessem a gerar desemprego, a taxa de acumulação de capital e a fronteira de acumulação decorrente se situaram em patamar tão elevado que foi capaz de incorporar a força de trabalho excedente que se apresentava disponível, forçando a renda dos trabalhadores para cima, especialmente no setor urbano-industrial, conforme o gráfico 5.

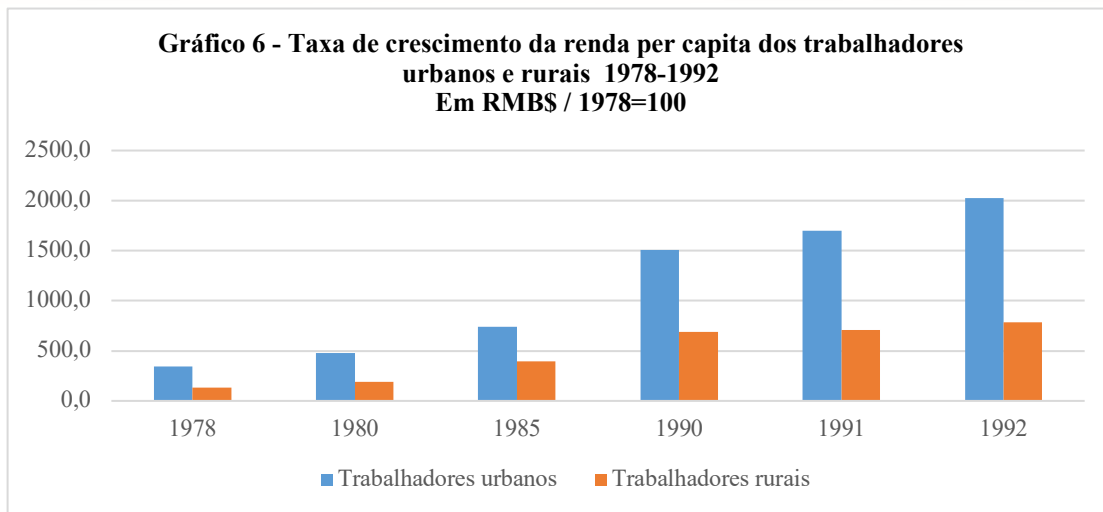




Fonte: Elaboração própria a partir de dados do *Chinese Statistical Yearbook* (2009).

Segundo Pires (2012), a velocidade da urbanização e o aumento da renda real dos trabalhadores, especialmente no setor urbano-industrial, apresentou uma dinâmica capaz de promover uma mudança estrutural na economia chinesa, pois, aliado à acumulação de capital do setor rural, que apresentou forte elevação no período, a elevação da acumulação de capital no setor urbano-industrial apresentou menor aceleração, mas com parcela cada vez mais expressiva da economia chinesa sendo incorporada a este setor, que passava a se tornar o mais dinâmico da economia como um todo.

Este movimento impactou o aumento real e nominal da renda dos trabalhadores urbanos, que, por sua vez, passaram a consumir cada vez mais os produtos produzidos no setor rural, numa espécie de simbiose entre os dois setores, conforme se pode verificar no gráfico 6, tangente à elevação da renda per capita dos trabalhadores urbanos e rurais.

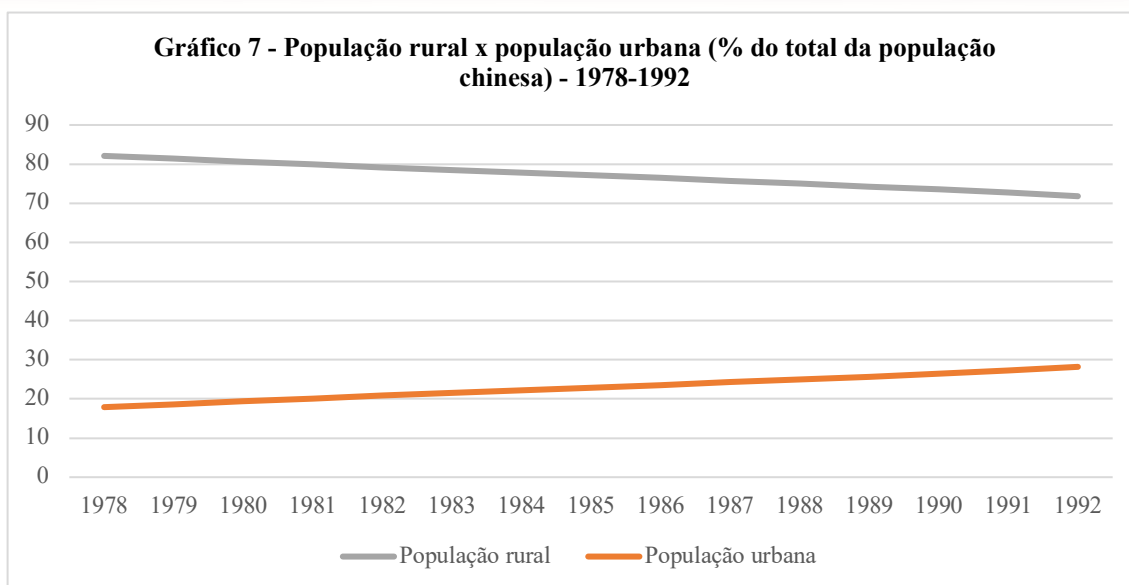


Fonte: Elaboração própria a partir de dados do *Chinese Statistical Yearbook* (2009).

Conseqüentemente, o poder de compra dos residentes nos setores urbano e rural cresceu substancialmente. Por exemplo, o consumo assalariado urbano a preços constantes saltou de RMB\$ 405 em 1978 para RMB\$ 765 em 1985 e RMB\$ 2262 em 1992. No mesmo período, o consumo assalariado do setor rural saltou de RMB\$ 138 para RMB\$ 349 e RMB\$ 688 (CHINA, 2009). Tal tendência apresenta forte correlação com a elevação da produção da produção agrícola e não-agrícola do setor rural<sup>48</sup>.

Constata-se, desta forma, que, apesar da renda rural ter tido um índice de crescimento maior que a renda dos trabalhadores urbano, o crescimento da renda dos trabalhadores urbanos, ainda que o setor urbano-industrial não apresentasse o mesmo tamanho do setor rural, impactou fortemente o consumo de bens e serviços na economia chinesa como um todo, mas também revela que a acumulação de capital no setor urbano da economia chinesa foi muito maior que a acumulação de capital no setor rural, o que explica, nesse íterim, tanto a absorção da força de trabalho no setor urbano que era expelida do setor rural, quanto a alteração, ainda que incipiente, do padrão demográfico chinês, que rumava rumo aos centros urbanos, conforme revela o gráfico 7.

<sup>48</sup> Ver tabela 1.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do *Chinese Statistical Yearbook* (2009).

Por fim, passaremos a analisar a estratégia reformista proposta por Deng Xiaoping ao setor militar, setor este que foi importante no processo modernizante iniciado em 1978, devido ao apoio necessário do ELP às reformas, conforme iremos ver.

## AS REFORMAS NO SETOR BÉLICO-MILITAR

As reformas modernizadoras no setor militar chinês apresentaram-se totalmente atreladas ao contexto mais geral das reformas econômicas. Nesse sentido, a modernização do ELP passaria a apresentar forte interdependência com a modernização econômica e industrial, haja vista a necessidade por mudanças no padrão tecnológico ligado ao setor bélico do país frente às nações mais desenvolvidas neste setor (Estados Unidos e União Soviética), assim como pela importante legitimidade social e presença geográfica que o ELP detinha no país, necessário às reformas.

Segundo Medeiros (2012), o Estado chinês procurou, num primeiro momento, aumentar o volume de recursos orçamentários destinados ao ELP, de forma a promover investimentos que, na visão do autor, passaram da casa de dois dígitos, superando, inclusive, o crescimento anual do PIB.



Porém, mesmo com a alavancagem de tais investimentos no setor ao longo de praticamente toda a década de 1980, em especial na primeira metade, a capacitação tecnológica militar chinesa esteve atrelada somente ao orçamento do governo central. Porém, no ano de 1985, o STLG estimulou a integração do desenvolvimento de tecnologias civis e militares, atreladas aos centros de pesquisas que passavam por constante expansão após este ano (ZONENSCHAIN, 2006).

Nesse contexto, as disputas internas ocorridas no interior do PCC pelo controle do Estado assim como as transformações externas ocorridas entre 1978 e 1992<sup>49</sup> foram determinantes para que a reestruturação do ELP ocorresse de modo cada vez mais acelerado, orbitando em torno de cinco elementos-chave: 1) reorganização administrativa; 2) nova composição efetivo militar; 3) nova doutrina militar; 4) modernização material, e; 5) reformulação do papel social do ELP (LEÃO, 2012).

O **primeiro elemento** do programa de modernização do ELP teve por meta reestruturar o modo de organização, treinamento e educação do sistema, bem como sofisticar os meios de controle, comunicação e comando no interior do ELP, visando apoiar o processo de descentralização econômica e, ao mesmo tempo, sofisticar o sistema de defesa. Em relação a este último aspecto, existiu um interesse da nova cúpula do partido em eliminar a herança da gestão militar do período da Revolução Cultural. O **segundo elemento** teve, de um lado, a função de repensar a composição, o tamanho e a dispersão geográfica do exército e, de outro, o objetivo de renovar boa parte da liderança militar e do pessoal de combate. O **terceiro elemento** disse respeito à modernização doutrinária do exército, tanto no campo estratégico, como no campo tático, cuja meta era redefinir a forma do exército se comportar no campo de batalha, bem como a forma de enfrentar e derrotar o inimigo. Os **dois últimos elementos** se referiram à base material e social necessária para a implementação dos outros elementos (LEÃO, 2012, p. 160).

Segundo Medeiros (2012), a Doutrina Militar Chinesa na primeira década das reformas era aquela do período “maoísta”, ou seja, baseada na estratégia de hipotética guerra nuclear contra potências estrangeiras, assim como no cenário de

---

<sup>49</sup> A invasão chinesa no Vietnã em 1979 e a formação do Sindicato da Solidariedade na Polônia em 1981 foram importantes neste sentido. “Enquanto o primeiro evento mostrou o atraso e a baixa capacidade militar da China, o segundo apontou, pela primeira vez, a existência de um movimento organizado antissocialista, estruturado dentro de uma república socialista” (LEÃO, 2012, p. 160). Destacam-se, ainda, a crise e fim da União Soviética entre 1989 e 1991 (HOBSBAWN, 1995).



“guerra prolongada” contra os potenciais invasores do território chinês (guerrilha urbana e, principalmente, rural).

Tal Doutrina durou até 1991, quando (após o desmoronamento soviético e o fim da guerra-fria no campo externo e os distúrbios da Praça da Paz Celestial no campo interno) ocorrera um processo de intensificação do debate em torno de duas alas opostas dentro do PCC e do ELP: a ala marxista-leninista ortodoxa (que defendia o aprofundamento dos mecanismos de repressão econômica e social, em virtude da forte resistência desta ala às reformas iniciadas em 1978, especialmente o grupo de Li Peng) e a ala daqueles partidários da continuidade e aprofundamento do processo reformista (especialmente o grupo de Zhao Ziyang, que vai ser o Primeiro-Ministro à época).

Neste contexto de disputas internas, Deng Xiaoping vai retornar ao centro do debate político no interior do PCC já em 1991, procurando costurar um arranjo político necessário, primeiro, para colocar a termo as disputas em torno das alas ortodoxa e reformista dentro do PCC e, segundo, para realizar um “grande compromisso” em torno da liderança do PCC no comando do Estado, com o apoio do ELP.

Nesse sentido, como a prioridade básica do processo modernizador do ELP girava em torno da reestruturação de todo o complexo industrial-militar, Deng buscou apoio da Comissão Militar Central do PCC, ao propor uma solução intermediária e que promoveria os investimentos necessários no setor, sem deixar de lado o controle político do processo nas mãos dos dirigentes do PCC.

Tal solução teria “um centro e dois pontos fundamentais”. O centro seria o desenvolvimento econômico, condição *sine qua non* para que a modernização econômica e material tivesse continuidade, e que impactariam as bases materiais necessárias ao novo engajamento militar chinês; os dois pontos fundamentais seriam: 1) a continuidade da abertura ao exterior, visando a dar continuidade na alteração da inserção econômica chinesa e o aprofundamento de relações político-diplomáticas com diversas nações mundo afora, e; 2) a definição de quatro princípios cardeais norteadores da estratégia política chinesa: 1) prosseguimento



do caminho socialista; 2) manutenção da ditadura democrática-popular; 3) a centralidade do PCC na vida política, social e nacional, e; 4) o apoio ao marxismo-leninismo e ao pensamento de Mao como bases filosóficas de ação do grupo dirigente do PCC (LEÃO, 2010).

Para tanto, Deng Xiaoping vislumbrava uma melhor administração das finanças dos governos central e regionais, tendo em vista a necessidade de fazer frente aos vultosos investimentos necessários à modernização do complexo industrial-militar. Neste contexto, o grande compromisso definia que os governos regionais deveriam realizar transferências de rendas para o governo central sustentar os investimentos neste setor e, por outro lado, o governo central sustentaria a, cada vez maior, modernização do ELP e garantiria a união de todas as províncias em torno do governo central, mitigando, desta forma, os incipientes movimentos de autonomia que emergiam nas províncias mais ricas.

Por fim, o resultado conseguido pelo “grande compromisso” foi a união entre o ELP, o PCC e a Nação, tendo em vista que o ELP se tornaria o grande fiador da continuidade das reformas, assim como seria beneficiado pelo incremento tecnológico originado nas indústrias e centros de pesquisas chineses; o Partido seria beneficiado pois manteria o controle político de todo o país, de forma manter nas mãos do grupo dirigente do PCC o processo de mudanças vigente até então, sem rupturas com a cadeia de comando político, e; a Nação se beneficiaria, de um modo geral, pelo fato de que haveria a formação de um dinâmico, e cada vez mais sofisticado, complexo industrial-militar, voltado para a produção de armas tecnologicamente avançadas, garantindo a soberania militar e tecnológica chinesa frente às outras grandes potências, especialmente os Estados Unidos e a União Soviética Medeiros (2012).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de reformas e abertura implementado na China entre 1978 e 1992 apresentou resultados satisfatórios em termos de abertura de novos setores a um padrão de acumulação tipicamente capitalista.



Em primeiro lugar, o setor rural apresentou uma dinâmica muito importante em termos de crescimento da produção agrícola, também como no início de um processo de transferência do uso das terras comunais à administração das famílias, ensejando, claramente, um processo de individualização do lucro na economia chinesa. Deste ponto de vista, o setor urbano também apresentou transformações importantes. Pode-se concluir isto, pois, *pari passu* o avanço da abertura de novas frentes de expansão econômica no setor industrial estatal, que apresentou extraordinária performance no período, a estratégia de *catch-up* tecnológico ligado ao setor industrial promoveu transformações significativas na pauta produtiva industrial chinesa tanto em âmbito interno, quanto em âmbito externo, além de ter sido estratégico para a incorporação da força de trabalho que passou a migrar, em escala cada vez maior, das zonas rurais para as zonas urbanas, haja vista que o parque industrial chinês no período, ainda que o incremento tecnológico tenha avançado, era basicamente intensivo em trabalho.

Do ponto de vista do setor bélico-militar, à luz das transformações internas e externas ocorridas no período, destaca-se a condescendência do ELP para com a estratégia reformista do grupo político liderado por Deng Xiaoping, devido, dentre outros motivos, ao fato de que as transformações que vinham ocorrendo na geopolítica mundial, notadamente a segunda guerra-fria e o colapso soviético no final do período, encorajaram a cúpula militar chinesa a se aliar ao processo reformista de forma a incorporar no aparato bélico-militar as transformações industriais e tecnológicas que a economia chinesa vinha logrando.

Por fim, o estudo das transformações setoriais ocorridas na economia chinesa neste período poderia contribuir para a concepção de análises, estratégias e políticas de fomento ao desenvolvimento em países periféricos e semiperiféricos da economia mundial capitalista, haja vista que as supracitadas reformas setoriais ocorridas na economia chinesa não ocorreram de forma espontânea, mas sim lideradas, coordenadas e implementadas no seu todo pelo próprio Estado chinês.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CASTELLS, M. **Fim de Milênio: a era da transformação: economia, sociedade e cultura**, vol. 3, 2ª ed., tradução de Klauss Brandini Gerhardt e Roneide Venancio Majer. São Paulo, SP: Paz e Terra, 1999.
- CHINA, P. R. **Chinese Statistical Yearbook 2009**. National Bureau of Statistics of China, 2009. Disponível em:  
<<http://www.stats.gov.cn/tjsj/ndsj/2009/indexeh.htm>>. Acesso em: 20/01/2021.
- CHINA, P. R. **Law of the People's Republic of China on Chinese-foreign Equity Joint Ventures**. Beijing, China: Decision of the National People's Congress of the People's Republic of China, 1990. Disponível em:  
<[http://www.fdi.gov.cn/1800000121\\_39\\_2447\\_0\\_7.html](http://www.fdi.gov.cn/1800000121_39_2447_0_7.html)>. Acesso em: 05/02/2020.
- FU, X.; BALASUBRAMANYAM, V. N. **Township and Village Enterprises in China**. Lancaster University Management School Working Paper 2002/001. Department of Economics, Lancaster University Management School, Lancaster, United Kingdom, 2002.
- GABRIELE, A. **Enterprises, Industry, and Innovation in the People's Republic of China**. Questioning Socialism from Deng to the Trade and Tech War. Singapore: Springer, 2020.
- HOBBSAWN, E. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. Trad. Marcos Santarrita. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1995.
- JABBOUR, E. K. **A China e a economia política do socialismo**. (Tese de Doutorado). São Paulo, SP: Universidade de São Paulo - USP, 2010.
- JIA, W. **Chinese Foreign Investments Law and Policies: Evolution and transformation**. London, UK: British Library, 1994.
- JIE, W. **On Deng Xiaoping Thought**. Beijing, China: Foreign Languages Press, 1996.
- KISSINGER, H. **Ordem mundial**. Trad. Cláudio Figueiredo. Rio de Janeiro, RJ: Objetiva, 2015.
- \_\_\_\_\_. **Sobre a China**. Trad. Cássio de Arantes Leite. Rio de Janeiro, RJ: Objetiva, 2012.
- LEÃO, R. P. F. A economia política da transição chinesa no último quartel do século XX. In: IPEA. **Revista Tempo do Mundo**. Vol. 4, nº 3, Brasília, DF: 2012, p. 153-177. Disponível em:





<[http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6121/1/RTM\\_v4\\_n3.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6121/1/RTM_v4_n3.pdf)>.  
Acesso em: 02/02/2019.

\_\_\_\_\_. **O padrão de acumulação e o desenvolvimento econômico da China nas últimas três décadas: uma interpretação.** Dissertação (Mestrado) – Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Instituto de Economia, 2010.

LEE, T. V. **Foreigners in Chinese Law.** New York, USA; London, UK: Garland Publishing, Inc, 1997.

MEDEIROS, C. A.; SERRANO, F. Padrões monetários internacionais e crescimento. In: FIORI, J. L. (Org.). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

\_\_\_\_\_. Desenvolvimento econômico e ascensão nacional: rupturas e transições na Rússia e na China. In: FIORI, J. L.; MEDEIROS, C; SERRANO, F. **O mito do colapso do poder americano.** Rio de Janeiro, RJ: Record, 2008.

\_\_\_\_\_. Padrões de investimento, mudança institucional e transformação estrutural na economia chinesa. In: BIELSCHOWSKY, R. **Padrões de desenvolvimento econômico (1950-2008): América Latina, Ásia e Rússia.** Vol. 2. Brasília, DF: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), 2013.

NAUGHTON, B. **The Chinese economy: transitions and growth.** Cambridge, MA, USA: Massachusetts Institute of Technology (MIT), 2007.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). **OECD Rural Policy Reviews, China.** Paris, France: 2009.

PAULINO, L. A.; MOCELIN, L. F. Estado, sistema financeiro e desenvolvimento industrial da China entre 1978 e 2008. **Revista Intellector.** Ano XV, Vol. XVI, Nº 32, jul./dez, 2020, págs.73-91. Disponível em:  
<[https://www.academia.edu/47757442/Estado\\_sistema\\_financeiro\\_e\\_desenvolvimento\\_industrial\\_da\\_China\\_entre\\_1978\\_e\\_2008](https://www.academia.edu/47757442/Estado_sistema_financeiro_e_desenvolvimento_industrial_da_China_entre_1978_e_2008)>. Acesso em: 01/02/2021.

PIRES, M. C. Reflexões sobre os modelos de desenvolvimento de Brasil e China no alvorecer do século XXI. In: PAULINO, L. A.; PIRES, M. C (org.). **China e América Latina: a geopolítica da multipolaridade.** São Paulo, SP: Fundação Memorial da América Latina, 2012, pp. 63-83.

ZHU, Q; ELBERN, S. Economic institutional evolution and further needs for adjustments: Township Village Enterprises in China. **ZEF Discussion Papers on Development Policy**, nº 56, University of Bonn, Center for Development Research (ZEF), Bonn, Germany, 2002.



ZONENSCHAIN, C. N. **O caso chinês na perspectiva do “catch-up” e das instituições substitutas.** (Tese de Doutorado). Rio de Janeiro, RJ: Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ, 2006.